

Kelman alega ter assinado por ordem do conselho de administração

Negócio suspeito na Light

LAVA JATO | As ramificações chegam às Minas Gerais dos tempos tucanos

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

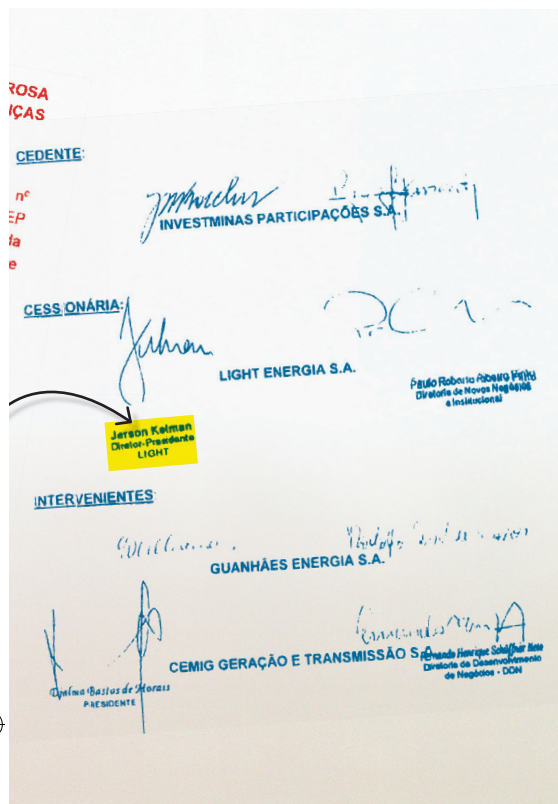
DENTRO da infinidade de contratos e personagens na mira da Operação Lava Jato, muitos nomes deixaram de ser divulgados e até mesmo investigados. Vários deles por deslizes involuntários da operação ou por conta do volumoso número de envolvidos. Um personagem que parecia sair ileso é o atual presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Jerson Kelman. Escolhido pelo

governador Geraldo Alckmin para substituir Dilma Pena à frente da companhia em janeiro deste ano, Kelman tem um desafio hercúleo: dar cabo da crise hídrica. Mas para além da missão inglória, o executivo em breve poderá ser chamado pelos investigadores de Curitiba para falar de sua passagem pela companhia Light entre 2010 e 2012.

Kelman foi diretor-presidente da empresa energética do Rio de Janeiro e seu nome aparece em uma assinatura na

folha de número 28 do inquérito que investiga uma operação envolvendo o doleiro Alberto Youssef e o ex-ministro do atual senador Fernando Collor, Pedro Paulo Leoni Ramos, o PP. Kelman assinou um instrumento particular de cessão onerosa pela Light que pagou à empresa Investminas, de Leoni Ramos, 25 milhões de reais por 51% da participação nos direitos de outorga de quatro pequenas centrais hidrelétricas em Minas Gerais, pertencentes à Guanhães Energia. O que chama a atenção dos investigadores são os detalhes da operação.

A quantia desembolsada pela Light, que tem entre seus controladores a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), demonstra pouca preocupação com o dinheiro público. O termo foi assinado em 2012 e estava previsto que as centrais começassem a funcionar em 2013. Até hoje, nenhum quilowatt foi produzido. Mas a investigação quer saber mesmo se houve pagamento de vantagens ilícitas



O contrato rendeu 4,3 milhões de reais a uma empresa de fachada de Alberto Youssef

legal. A empresa informou aos investigadores que Youssef teria sido remunerado por ter feito a intermediação da venda de 51% das cotas de participação da Guanhães Energia à Light. Mentira, segundo o doleiro. Youssef afirmou em depoimento que não prestou nenhum serviço na realização do negócio e que o contrato foi simulado para que Leoni Ramos mandasse dinheiro para uma contabilidade paralela que o doleiro mantinha para ele.

O juiz Sergio Moro, que já se manifestou em despachos contrário ao desmembramento das investigações que não tenham relação direta com a Petrobras, nesse caso parece não ter enxergado conexão quando a apuração envolve os negócios tucanos em Minas Gerais. Em um dos trechos do inquérito, afirma Moro: “Aparentemente, trata-se de negócio que, embora suspeito, não estaria relacionado aos desvios na Petrobras”. Alertado por *CartaCapital*, um dos investigadores re-

conheceu que não sabia que Kelman ocupava atualmente posto em uma estatal. “Essa nova informação deverá ter um tratamento no andamento do inquérito. Todos precisam ser ouvidos.” O inquérito ainda precisa de mais detalhes para ser concluído e a expectativa é de que com o surgimento de um nome de peso nas investigações outras

pessoas interessadas em dar informações sobre o caso possam aparecer.

Youssef afirmou que a trama da operação serviu para disponibilizar dinheiro em espécie para Leoni Ramos e que as entregas foram feitas pessoalmente por meio de seus funcionários Rafael Ângulo Lopez, o mesmo que afirmou ter entregado dinheiro pessoalmente a Collor, e Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro das Cidades Mário Negromonte. O doleiro foi questionado pelos investigadores e disse que não tem conhecimento se foram pagas vantagens indevidas para funcionários da estatal mineira para que o negócio fosse fechado.

Se os promotores mineiros tiverem interesse, poderão encontrar informações capazes de esclarecer como o dinheiro público costumava ir para o ralo ou para pessoas com espírito não republicano.

A decisão da aquisição das pequenas centrais hidrelétricas passou pelo Conselho de Administração da Light, sob pressão da Cemig. Segundo pessoas próximas a Kelman, ele teria ficado irritado com o surgimento de seu nome nas investigações e teria muitas informações de que uma empresa de consultoria teria até mesmo alertado ao conselho que o negócio era inviável.

Em nota, Kelman disse que a compra foi decidida por iniciativa do conselho. “Como presidente da Light, eu não fazia parte do conselho e a ele me subordinava. Como me opunha à compra por duvidar que seria possível vender a energia a preço que tornasse a usina rentável, a Cemig comprometeu-se a comprar toda a futura produção, o que viabilizou economicamente o negócio para a Light.”

Com a expectativa de que Kelman seja chamado em Curitiba, o que é dado como certo, o executivo teria de entregar quem pressionou para que o acordo fosse firmado. Ou assumir sozinho a responsabilidade. Tucanos mineiros que se cuidem. •

no contrato com o grupo da estatal mineira, na época sob o governo do hoje senador tucano Antonio Anastasia. As ligações dos envolvidos não são nada auspiciosas. PP, ex-ministro de Collor e beneficiário da venda das outorgas para a estatal mineira, foi acusado, com Collor, no Supremo Tribunal Federal (STF) por fraudes em contratos da BR Distribuidora.

Leoni tem ligações com doleiros e também é investigado por supostas fraudes no ramo previdenciário. Essas apurações ainda estão em andamento em Curitiba e podem ensejar novas ações penais.

Mas a trama em torno das centrais energéticas envolve mesmo é um contrato simulado. Por meio de uma de suas empresas de fachada, a MO Consultoria, Youssef recebeu 4,3 milhões de reais da Investminas. Segundo o ex-ministro de Collor, tudo



PP O ex-ministro de Collor ganhou um contrato

